

Agricultura Familiar, um enorme potencial de desenvolvimento e sustentabilidade social, ambiental e económica

Por João Filipe, Pedro Santos e José Miguel

“A Lavoura tem de ser ouvida. Do campo saem os alimentos para toda a população. Ou melhora a nossa situação e então a Lavoura sente-se animada, apoiada e com condições para produzir ou então estamos mal. E connosco está mal todo o País. Certos da verdade das nossas palavras e da justiça que nos assiste, temos que todos juntos fazer ouvir a nossa voz e valer os nossos interesses e direitos”.

“Carta da Lavoura Portuguesa”

Co-financiado por:



PROGRAMA DE
DESENVOLVIMENTO
RURAL 2014-2020



UNIÃO EUROPEIA
Fundo Europeu Agrícola
de Desenvolvimento Rural
A Europa Investe nas Zonas Rurais

Enquadramento hist rico

A terciarização da economia, assim como a industrialização e deslocalização da agricultura, que se foram intensificando na segunda metade do século passado e até aos nossos dias, provocam profundas e negativas alterações no mundo rural, nos hábitos alimentares das populações, na preservação da biodiversidade e na dos recursos naturais.

A adesão de Portugal à então CEE (Comunidade Económica Europeia), em 1986, agudizou esta tendência, provocou profundas alterações na estrutura fundiária, levando, no Continente, à eliminação média de perto de 60% das explorações agrícolas, com as

regiões Entre Douro e Minho, Beira Litoral e Ribatejo e Oeste a ultrapassar claramente aquela média (Figura 1 e 2).

Como se pode verificar pela Figura 3, foram as explorações até 5 hectares as mais atingidas, 62,9 % do total. A SAU (Superfície Agrícola Utilizada) representa 39,5% da superfície territorial portuguesa. A Figura 4 mostra que entre 1989 e 2016, a SAU média das explorações passou de 6,7 hectares para 14,1 hectares. O desaparecimento das pequenas explorações agrícolas, está na origem do aumento significativo da média da SAU das explorações.

	1989	1993	1995	1997	1999	2003	2005	2007	2009	2013	2016	Eliminadas %
Entre Douro e Minho	111 505	86 967	79 916	73 048	67 546	58 757	52 696	45 848	49 037	41 601	39 651	64,4
Trás-os-Montes	80 551	75 678	72 248	70 098	70 006	64 963	61 649	56 339	61 804	57 224	56 228	30,2
Beira Litoral	125 307	97 459	88 547	80 217	79 806	66 060	58 823	47 542	49 424	38 356	39 462	68,5
Beira Interior	60 386	49 533	45 878	42 841	48 313	40 788	35 749	30 357	33 763	30 862	29 065	51,9
Ribatejo e Oeste	99 938	78 609	71 430	64 874	61 615	52 375	43 850	33 225	39 875	31 450	31 217	68,8
Alentejo	47 049	37 491	36 114	34 722	35 906	31 830	29 558	26 032	31 828	29 478	28 424	39,6
Algarve	26 143	20 409	17 931	15 993	18 971	15 883	14 721	12 204	12 383	11 556	11 728	55,1
CONTINENTE	550 879	446 146	412 064	381 793	382 163	330 656	297 046	251 547	278 114	240 527	235 774	57,2

Figura 1 - Número de explorações agrícolas eliminadas em Portugal entre 1989/2016 (Fonte: INE)

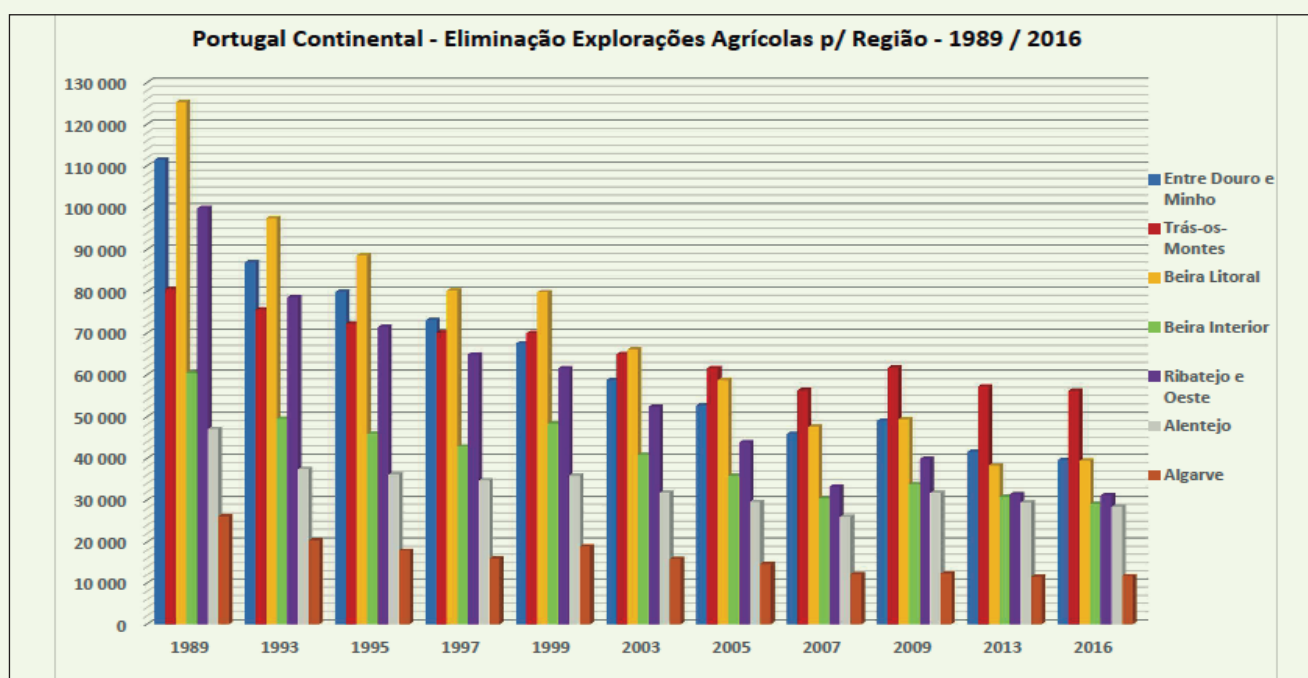


Figura 2 - Eliminação de explorações agrícolas em Portugal, por região, entre 1989/2016: distribuição anual e geográfica (Fonte: INE)

Eliminação de Explorações por Classe de S A U												
> 0 a <5 ha	446 184	343 780	311 525	286 550	296 010	249 826	218 948	179 656	207 062	170 929	165 331	62,9
5 a 50 ha	91 424	91 810	89 783	84 931	73 258	69 253	66 865	61 534	59 667	58 536	58 861	35,6
> 50 ha	9 050	9 287	9 601	9 340	9 612	9 393	9 971	9 485	10 047	10 249	10 395	-14,9

Figura 3 – Número de explorações eliminadas por classe de SAU (Fonte: INE)

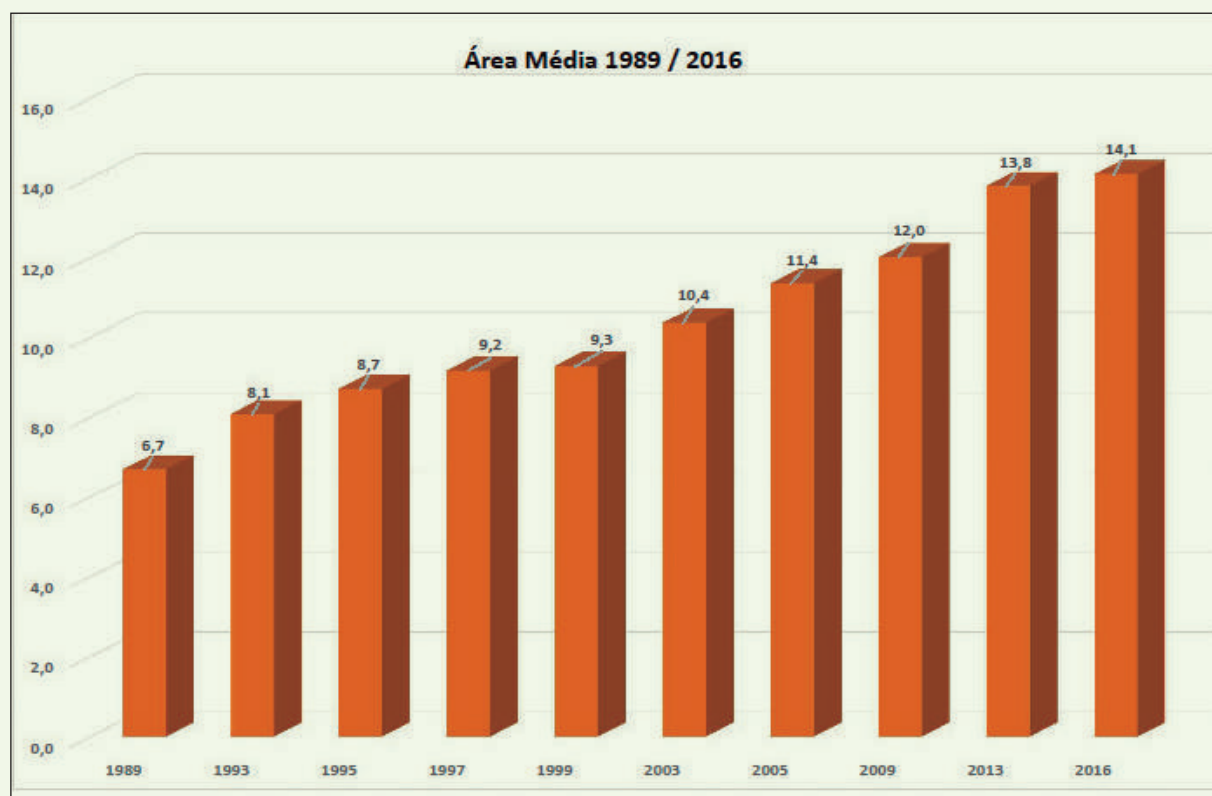


Figura 4 - Área média por exploração agrícola, entre 1989/2016 (Fonte: INE)

Esta transformação aconteceu a um dramático ritmo de eliminação de 1,33 explorações por hora (período em que apenas aumentou o número de explorações com mais de 50ha, mais 14,9%), podendo estimar-se em perto de 1 milhão, a redução de postos de trabalho familiar, a tempo inteiro ou parcial (Figura 5). Durante décadas tentaram convencer as populações que a agricultura industrializada, monocultural, intensiva e super intensiva, com recurso a todo o género de químicos, era para acabar com a fome no mundo. Nada mais falso!

A agricultura industrializada, em aliança com a indústria internacional a montante e a jusante da produção e, cada vez mais, com a grande distribuição transnacional, o aumento do seu funcionamento em circuito fechado com as suas próprias empresas agrícolas, a crescente penetração do capital financeiro do sector, não só não reduziram a fome no mundo que, ao contrário, aumentou nos últimos dez anos, como também são responsáveis pelo aumento da obesidade, particularmente a infantil, que é já um problema de saúde pública nos chamados países desenvolvidos.

Eliminação de Explorações Agrícolas Continente - 1989 / 2016					
Total: - 315.105	Ano: 11.670,6	Dia: 31,97	Hora: 1,33		

Figura 5 - Eliminação de explorações agrícolas no continente, entre 1989/2016 (Fonte: INE)



Mas mais, a agricultura industrializada e os seus parceiros da indústria e da distribuição são a nível mundial e em grande medida, responsáveis pelo esgotamento dos recursos naturais, principalmente a água, pela contaminação e empobrecimento dos solos, pela brutal redução da biodiversidade, pela agudização das alterações climáticas, pela criação duma quantidade gigantesca de excedentes e desperdícios de produtos agrícolas, pela manipulação dos mercados, do preço das produções, mesmo dos hábitos alimentares, pela eliminação de milhões de explorações familiares, pela desertificação humana e as vagas de muitos milhares de emigrantes, particularmente de África e América do Sul e Central.

Tomando consciência do abismo para que a humanidade e o planeta são empurrados

com as políticas que põem na mão dum grupo cada vez mais concentrado de grandes indústrias multinacionais, de corporações transnacionais de distribuição e empresas agrícolas, um número crescente de instituições, nomeadamente a ONU (Organização das Nações Unidas), alguns governos, a opinião pública, movimentos e organizações populares, vêm alertando para o perigo em que vivemos.

Estes reconhecem a necessidade de profundas alterações na produção de alimentos, reconhecem o papel indispensável da Agricultura Familiar para uma alimentação de qualidade e de proximidade, assim como para o fortalecimento das economias, a defesa do planeta e a soberania alimentar de cada povo.

Caracterização e importância da Agricultura Familiar

Definimos Agricultura Familiar como aquela que directa e essencialmente trabalha a terra, enquadrando os titulares da exploração e respectivos agregados familiares maiores de 18 anos, que preencham os seguintes requisitos:

- Trabalhar a terra e produzir com base na gestão e na mão-de-obra do agregado familiar, por vezes complementada com o rendimento de outras actividades, podendo recorrer, de forma permanente ou sazonal, a mão-de-obra assalariada, em volume global de trabalho não superior ao da família.
- Compõem o agregado da Família Agrícola, além do titular da exploração, o / a cônjuge e parentes por consanguinidade ou afinidade até ao terceiro grau inclusive, que não sejam considerados trabalhadores por conta de outrem, sempre que sejam maiores de 18 anos e realizem a actividade agrícola de forma pessoal e directa na correspondente exploração familiar.
- Integram igualmente o conceito de Agricultura Familiar, os agregados familiares que, podendo ter outras profissões e delas obterem a parte maioritária do seu rendimento, desenvolvendo actividade agrícola, mesmo que lhe dedicando menor tempo de trabalho e predominantemente para auto-consumo, contribuem para a concretização dos objectivos mais amplos da multifuncionalidade da Agricultura Familiar.
- Entende-se por exploração agrária o conjunto de bens e direitos organizados pelo seu titular no exercício da actividade agrícola e que constitui em si mesma a unidade técnico-económica, podendo a pessoa titular ou os titulares da exploração, sê-lo na condição de proprietário, arrendatário, cessionário ou outro conceito análogo, das terras e elementos materiais da respectiva exploração agrícola.
- Entende-se por actividade agrícola o conjunto de trabalhos necessários à obtenção de produtos agrícolas, pecuários e florestais, mesmo que para auto-abastecimento e comercialização dos excedentes.
- Considera-se igualmente actividade agrícola a venda directa por parte da Agricultura Familiar da produção própria sem transformação ou a primeira transformação dos mesmos, cujo produto final está incluído no anexo I do art.º 38º do Tratado da União Europeia, por qualquer membro do agregado familiar que integre a exploração, em mercados municipais ou em lugares que não sejam estabelecimentos de comércio permanentes.
- Considera-se também actividade agrícola toda a que implique a formação, a gestão, a direcção e gerência da exploração.
- Consideram-se actividades complementares, a participação e presença de qualquer membro do agregado familiar, em consequência de eleição pública, em instituições de carácter representativo, assim como em órgãos de representação de carácter sindical, cooperativo ou profissional, sempre que estes estejam ligados ao sector agrário.
- Consideram-se igualmente actividades complementares, as actividades de transformação dos produtos da sua exploração a venda directa dos produtos transformados, assim como as relacionadas com a conservação do espaço rural e protecção do meio ambiente, o turismo rural ou o agro-turismo e igualmente a participação em actividades culturais e artesanais realizadas na sua exploração, ou de iniciativa local (in Proposta de Estatuto da Agricultura Familiar – 7º Congresso da CNA, Novembro de 2014).

A Agricultura Familiar respeita a natureza e a biodiversidade, garante a preservação das raças, espécies e sementes de variedades





autóctones, garante a preservação e desenvolvimento de sistemas produtivos tradicionais, com práticas mais respeitadoras do meio-ambiente, tentando, sempre que possível, não recorrer, a modos de produção super-intensivos, artificiais e/ou tecnológicos. A Agricultura Familiar, pela sua natureza multidisciplinar e multifuncional, produz riqueza, alimentos, bens e serviços públicos, elementos de coesão social, cultural e territorial e defende o ambiente. Pode afirmar-se que o seu desenvolvimento é a garantia de um futuro sustentável da Agricultura Nacional, contribuindo para a soberania alimentar do país.

Agricultura Familiar é importante a nível:

Socioeconómico: Desempenha um importante papel na regulação das carências alimentares e nutricionais de um país, que depende da eficiência da agricultura fixada nas bases familiares. Resumindo, a promoção de oportunidades e um desenvolvimento mais equitativo e equilibrado irá aumentar a consciencialização dos desafios destes pequenos agricultores e ajudá-los;

Ambiental: A cooperação, ao nível regional e nacional, entre a parte socioeconómica e ambiental melhora e aumenta os meios de subsistência e influencia, positivamente, o desenvolvimento sustentável, particularmente nas áreas rurais;

Cultural: O carácter familiar deste tipo de agricultura diferencia as estratégias ao longo dos anos e transmite tradições e modos intemporais.

Agricultura Familiar em Portugal

A CNA, criada há quase 42 anos pelos pequenos e médios agricultores, a que agora chamamos Agricultura Familiar, sempre alertou e denunciou a marginalização e a discriminação de que esta é vítima dos que vêem a agricultura como um mero negócio lucrativo. Vai aumentando a consciência colectiva de que a produção de alimentos é um bem da natureza e uma necessidade da humanidade e por isso deve estar fora do negócio especulativo.

Por isso somos críticos da PAC (Política Agrícola Comum) que apesar de toda a propaganda, reforma após reforma, no nosso país eliminou mais de metade das explorações, (Figura 6) principalmente as mais pequenas, levou à concentração da propriedade e à mais que duplicação da área média das explorações, desprezando todos os aspectos negativos ao nível socioeconómico criados à da Agricultura Familiar.

Uma PAC e uma União Europeia que preferem os Tratados de Livre Comércio, mas só para alguns, que têm acordos bilaterais com mais de 160 países para fornecer as grandes indústrias agro-alimentares europeias, uma

PAC que paga para não produzir, que financia a florestação de terras agrícolas, uma PAC que impõe regras aos agricultores europeus, mas não as segue nas importações que faz, uma PAC cada vez menos agrícola e menos comum que, apesar de toda a propaganda e manifestação de preocupação, prefere o negócio transnacional ao bem-estar da Agricultura Familiar e dos consumidores.

É necessária uma Política Agrícola Comum que respeite o Art.º 2º do Decreto-Lei nº 64/2018, de 7 de Agosto, que consagra o Estatuto da Agricultura Familiar (EAF):

- Garanta aos Agricultores um rendimento estável e adequado e que permita a inversão do êxodo rural em toda a Europa e em Portugal em especial;
- Garanta produtos agrícolas saudáveis e seguros a preços acessíveis;
- Garanta a manutenção da paisagem rural e preservação dos ecossistemas;
- Preserve a identidade cultural e a especificidade das produções, sistemas de produção e Produtos Alimentares Europeus;
- Promova a coesão social e territorial;
- Reduza as assimetrias regionais em matéria de desenvolvimento;

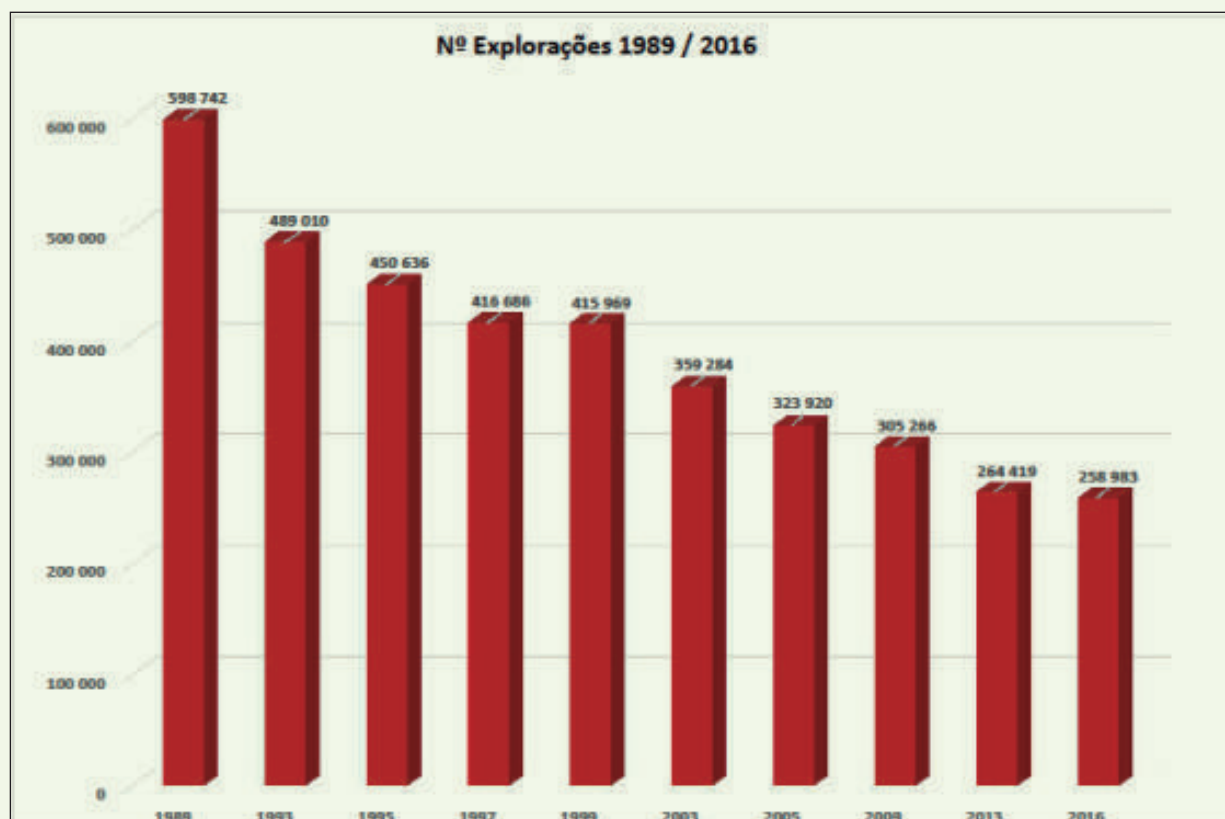


Figura 6 - Evolução do número de explorações, entre 1989/2016 (Fonte: INE)

- Promova as cadeias de circuito curto de comercialização, incentivando a organização da oferta com legislação adequada.

O Estatuto da Agricultura Familiar

Foi neste contexto que a CNA, em 2014, o Ano Internacional da Agricultura Familiar, promovido pela ONU, aprovou no seu 7º Congresso, a Proposta de Estatuto da Agricultura Familiar Portuguesa.

Nesta proposta de Estatuto, assente na multidisciplinariedade e multifuncionalidade da Agricultura Familiar, foi definido o seu perfil e foi reclamado um conjunto de medidas para valorizar o seu trabalho e maneiras de o promover, para benefício da alimentação das populações, das economias regionais, para que contribua para a nossa soberania alimentar.

Somente em Fevereiro de 2017, em audiência com o senhor Primeiro Ministro e em que também participou o então Ministro da Agricultura, a CNA obteve o compromisso de que o Governo iria legislar no sentido de consagrar o EAF.



Ano Internacional da
Agricultura Familiar
2014

alimentar o mundo, cuidar do planeta

Depois da discussão pública do projecto, para o qual a CNA deu o seu contributo, o Decreto-Lei nº 64/2018 de 7 de Agosto, foi finalmente publicado em Agosto do ano passado.

Desde logo a CNA considerou que, se era importante o reconhecimento da importância da Agricultura Familiar em toda a vida nacional, manifesta pelo envolvimento de nove ministérios, já o perfil traçado para a atribuição do reconhecimento, era limitado e excluía grande parte da Agricultura Familiar.

É que, se saiu a designação “pequena agricultura familiar”, que aparecia no texto da proposta apresentada a discussão pública, ela continua presente nas condicionantes do reconhecimento.



O Estatuto mantém uma perspectiva assistencialista, apenas destinado aos mais pequenos e mais débeis, aqueles cerca de cem mil que o crivo da PAC, cada vez mais fino, foi afastando, número este que coincide com o dos potenciais abrangidos pelo Estatuto, como referia o então Ministro da Agricultura, na conferência de imprensa no dia em que o Governo aprovou o Decreto-Lei.

Esse segmento mais frágil e quase sempre o mais idoso da Agricultura Familiar, que sabe cuidar das terras e dos animais como mais ninguém, que protege os espaços agro-florestais e cuida do ambiente, que nos transmite o seu saber milenar, merece todo o nosso respeito, porque continua a produzir e, à sua escala, continua a intervir no mercado, porque com 80 e mais anos continua a trabalhar e não poucas vezes a morrer debaixo do tractor, porque a escassa reforma a isso obriga.

Mas a Agricultura Familiar é muito para além dos mais idosos.

São os filhos e netos - muitos já com formação média e superior – daqueles, que procuram redimensionar as suas explorações, que arriscam em novas culturas, que investem em novas tecnologias, são aqueles que com as suas famílias amanhã a terra familiar.

São também as mulheres que, para além de manterem o mundo rural habitado e vivo, garantem o trabalho na exploração agrícola, praticando por vezes uma agricultura a tempo parcial porque o rendimento agrícola não chega para viver e em que por regra é o homem que emigra ou trabalha noutra actividade, são elas que, na prática, são agricultoras a tempo inteiro sem verem reconhecidos nenhuns direitos como tal. Por outro lado, no interior e nas zonas rurais, foram as mais afectadas pelos cortes nos serviços públicos. As mulheres trazem conhecimento, saber fazer e a sua actividade está patente em todas as tarefas das explorações agrícolas, desde a condução da máquina mais pesada até ao planeamento e gestão de toda a exploração. E tem de ser assumido que, num país com tão grande défice alimentar (3.705,8 milhões de euros em 2018), toda a exploração, toda a produção é necessária, por muito pequena que seja e para isso a Agricultura Familiar tem de ser encarada como factor principal para a nossa auto-sustentabilidade alimentar.

Apesar de tudo e como se pode verificar na Figura 7 e 8, a Agricultura Familiar continua a ser largamente dominante quanto ao número de explorações, apesar de, resultados das políticas seguidas, lhe caber cada vez menos terra.



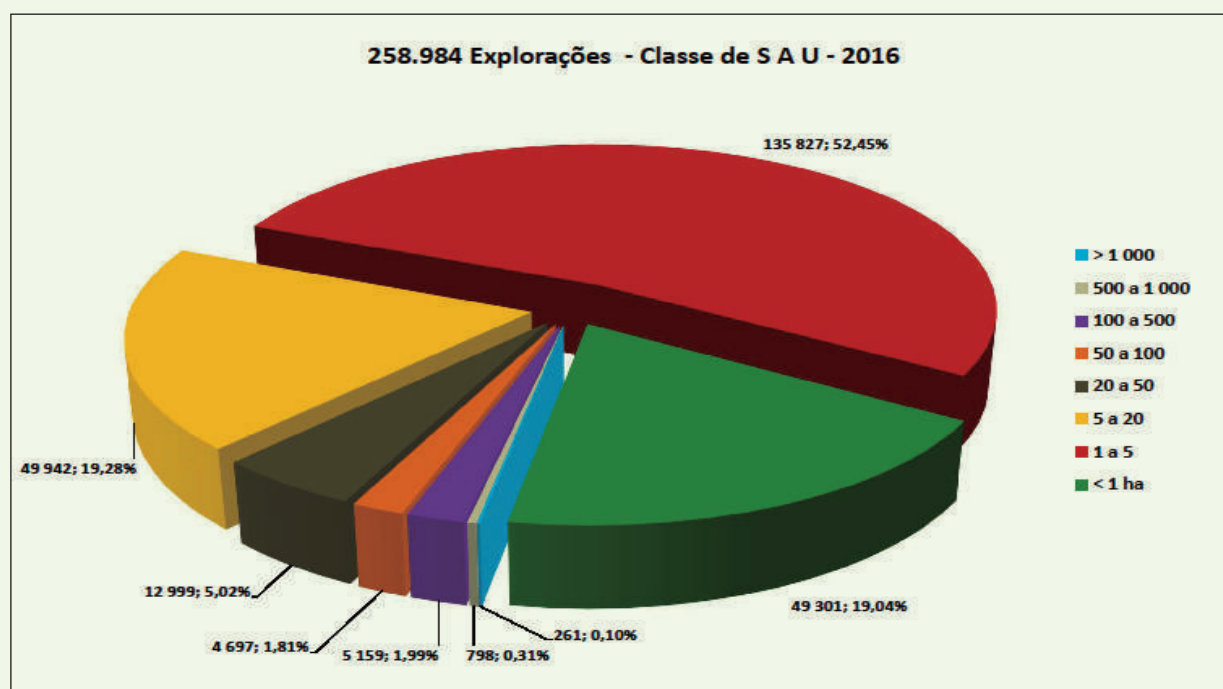


Figura 7 - Explorações agrícolas por classe de SAU, em 2016 (Fonte: INE)

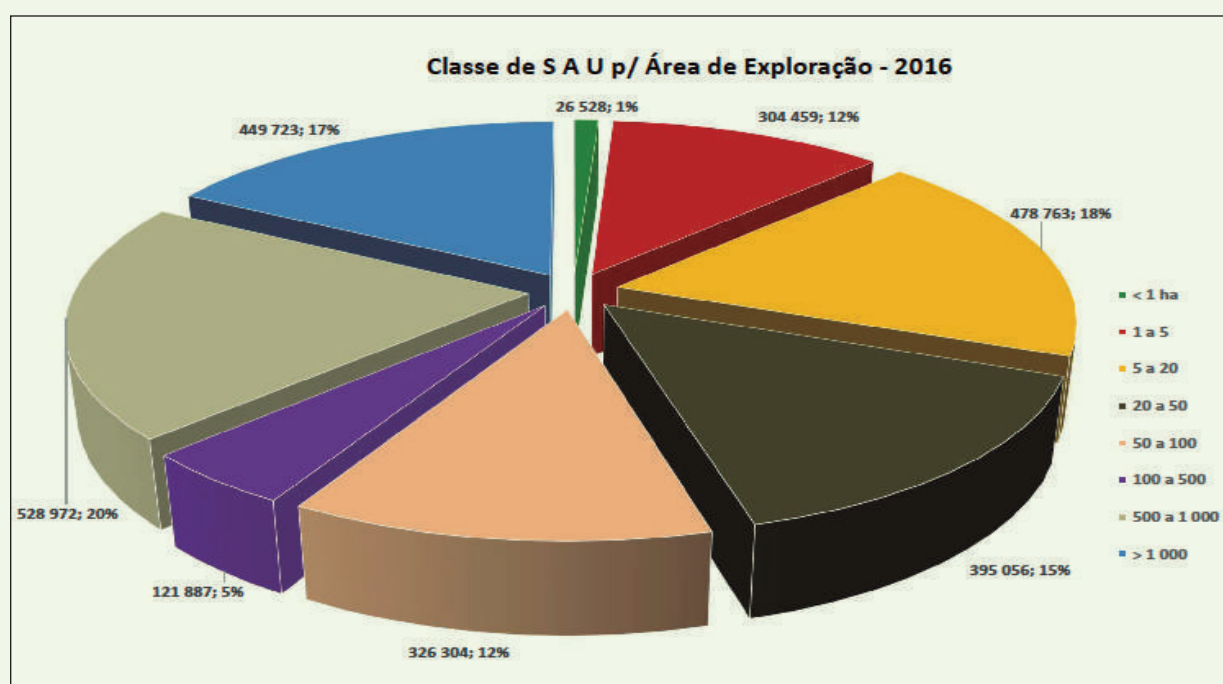


Figura 8 - Classe de SAU por área de exploração, em 2016 (Fonte: INE)

Mas o Decreto-Lei do Estatuto da Agricultura Familiar, com a imposição do limite de 25.000€ de rendimento colectável de todas as actividades de todo o agregado familiar, ou o recebimento máximo de 5.000€ no conjunto de ajudas incluídas no Pedido Único, afasta do reconhecimento ao direito ao Estatuto, a parte mais dinâmica da Agri-

cultura Familiar, lançando-a à selva do agro-negócio, condenando-a a uma ruína anunciada, criando um fosso cada vez maior entre a Agricultura Familiar e as grandes empresas agrícolas, acaba no fundo por provocar aquilo que diz querer combater, as assimetrias entre as pessoas e as regiões.



O anterior Ministro da Agricultura reconheceu em diversos momentos, nomeadamente nas reuniões da Comissão Nacional da Agricultura Familiar, que o limite dos 5.000€ de ajudas é baixo, que é preciso alterá-lo e que é necessário que o limite do rendimento colectável seja alargado ou que se refira apenas ao rendimento da actividade agrícola.

Por outro lado, obrigar a que o pedido de reconhecimento seja feito numa nova plataforma da Direcção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural (DGADR), quando quase todos os dados necessários já estão no Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas (IFAP), quando boa parte dos candidatos são de idade avançada, que não estão familiarizados com estas tecnologias e vivem em regiões de fraca cobertura de internet, ou

quando obriga à renovação anual, na prática tem mais o efeito de os afastar do que para os reconhecer como Agricultores Familiares. Talvez por tudo isto, um ano e meio após a publicação do Decreto-Lei, o número de registos na plataforma é ínfimo e também porque muitos perguntam para que serve o Estatuto, “para que nos vamos registar, se não sabemos que benefícios nos traz”.

Se melhorar o conteúdo do Decreto-Lei é importante e necessário para que ele cumpra com o reconhecimento e os objectivos que a justificação de motivos do Decreto-Lei enuncia e os direitos consagrados no Artigo 6º, igualmente importante e necessário é que o Estatuto saia do papel e comecem a ser implementadas medidas que o concretizem.

Direitos da Agricultura Familiar – previsto no Art.º 6

Programas Financeiros

- Medidas específicas de políticas públicas de apoio às actividades de exploração agrícola e florestal (programas de desenvolvimento rural - financiados pelo Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural);
- Medidas de carácter complementar aos apoios à agricultura familiar (Programas Operacionais financiados pelos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento, nomeadamente o Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional e o Fundo Social Europeu);
- Medidas de carácter excepcional que contribuam para o ordenamento do território e a preservação da actividade agrícola e florestal nas zonas desfavorecidas (social ou natural) ou em zonas protegidas.



Regimes específicos/simplificados/adaptados

- Regime simplificado para licenciamento de unidades de produção ao nível da higiene e segurança alimentares;
- Regime específico de contratação pública para fornecimento de proximidade de bens agro-alimentares (escolas, hospitais, Instituições Particulares de Solidariedade Social e Forças Armadas);
- Regime de reconhecimento das organizações de produtores, adaptado à sua dimensão económica;
- Ao regime fiscal adequado à Agricultura Familiar nos termos da lei;
- A um regime de segurança social adequado à Agricultura Familiar nos termos da lei;
- A um procedimento especial simplificado e de custos reduzidos relativo ao registo de primeira inscrição de aquisição, de reconhecimento da propriedade ou de mera posse de prédios rústicos ou mistos omissos da exploração agrícola familiar, a definir por portaria do membro do Governo responsável pela área da justiça;

Apoio a medidas específicas

- Acesso a mercados e consumidores - apoio à criação e reactivação de mercados de proximidade e de circuitos curtos de comercialização;
- Acesso a linhas de crédito adaptadas a este segmento da agricultura;
- Prioridade ao arrendamento e compra de terras (domínio privado do Estado);
- Formação, informação e aconselhamento agrícola e florestal;
- Benefícios na utilização do gasóleo colorido e marcado;
- Condições mais favoráveis em matéria de seguros agrícolas co-financiados;
- Incentivo à gestão eficiente e redução dos custos de energia e à utilização de energias com base em fontes de produção renovável - aplicável ao titular da exploração agrícola familiar e ao seu agregado familiar, desde que os respectivos rendimentos sejam provenientes exclusivamente do exercício da actividade agrícola.
- Disponibilização no «Espaço Cidadão» dos serviços destinados à Agricultura Familiar;
- Prioritário a acções desenvolvidas por Centros de Competências quando promovam o desenvolvimento tecnológico de produções de pequena escala e emergentes e a inovação social na organização sectorial e territorial.

No âmbito do Ministério da Agricultura, o anterior Ministro anunciou um conjunto de medidas iniciais, mas dos outros oito ministérios, o que está a ser feito?

Que medidas fiscais, que medidas ao nível da segurança social estão a ser tomadas? E os Ministérios da Economia, do Ambiente, do Planeamento e outros, o que estão a fazer? Para que o Estatuto se torne uma realidade palpável e instrumento de justiça social e progresso, é preciso vontade política de todos os envolvidos, que haja financiamento e medidas de política para as diferentes vertentes e que haja Agricultores Familiares que consigam passar no crivo das condições impostas. Como sempre, a CNA está disponível para trabalhar com qualquer Governo em tudo que respeite a valorização da Agricultura Familiar e a melhoria da alimentação da nossa população.

Seja a CNA e a Agricultura Familiar, seja o Governo, agora temos novas armas políticas

para melhorar o quadro da Agricultura Familiar e da alimentação.

Agricultura Familiar no contexto Internacional

É de valorizar o posicionamento internacional de Portugal no reconhecimento da importância da Agricultura Familiar, ao subscrever as Directrizes da CPLC e ter tido a iniciativa para a Carta de Lisboa para a promoção da Agricultura Familiar.

É de valorizar o papel e a posição de Portugal na Comissão de Direitos Humanos da ONU ao quebrar o unanimismo nas votações dos países da União Europeia e valorizar o voto favorável na Assembleia Geral da ONU, que aprovou a Declaração dos Direitos Camponeses e outras Pessoas que Vivem em Meio Rural.



É de valorizar que, juntamente com a Costa Rica, Portugal tenha sido um dos países proponentes da Década da Agricultura Familiar.

Assim como o Estatuto da Agricultura Familiar, as orientações destes importantes documentos internacionais só têm valor se forem concretizados.

A Década 2019-2028, lançada em Roma no final de Maio, aponta sete Pilares para promoção da Agricultura Familiar, porque a ONU considera que esta é indispensável à concretização dos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 da ONU.

Estes pilares são:

Pilar 1 - Criar um ambiente político favorável para fortalecer a agricultura familiar;

Pilar 2 – Transversal - Apoiar os jovens e garantir a sustentabilidade geracional da agricultura familiar;

Pilar 3 – Transversal - Promover a igualdade

de género na agricultura familiar e o papel de liderança da mulher rural;

Pilar 4 - Fortalecer as organizações de agricultores familiares e a sua capacidade de gerar conhecimento, representar os seus membros e prestar serviços inclusivos no contínuo urbano-rural;

Pilar 5 - Melhorar a inclusão sócio económica, a resiliência e bem-estar dos agricultores familiares, os lares e as comunidades rurais;

Pilar 6 - Promover a sustentabilidade da agricultura familiar para alcançar sistemas alimentares resistentes às mudanças climáticas;

Pilar 7 - Fortalecer a multidimensionalidade da agricultura familiar para alcançar inovações sociais que contribuam para o desenvolvimento territorial e sistemas alimentares que salvaguardem a biodiversidade, o meio ambiente e a cultura.

Declaração dos Direitos Camponeses - Artigo	Plano de Acção do Decénio da Agricultura Familiar - Pilar	Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)
2, 8,10,11,25	1	1, 2, 16, 17
	2	1,4,8,16
4	3	1,2,3,4,5,6,7,10,11,12,13,14,15,16
2,9,10	4	1,2,4,5,6,7,10,11,16,17
15,16,17,18,22	5	1,2,5,8,11,12,14,15,16
5,16,17,18,19,20,21	6	2,12,13,14,15
16,20,26	7	2,8,11,12,14,15

Figura 9- Correlação entre a Declaração dos Direitos dos Camponeses, o Plano de Acção para o Decénio da Agricultura Familiar e os ODS 2030

Com vontade política estes sete Pilares são alcançáveis se alicerçados no cumprimento da Declaração dos Direitos Camponeses e na concretização do Estatuto da Agricultura Familiar, corrigidas as insuficiências e limitações que apontamos.

Temos na mão um conjunto de deliberações a que Portugal está vinculado, da CPLP e da ONU, que se interligam e suportam a concretização do Estatuto da Agricultura Familiar nomeadamente as Directrizes da CPLP e a Carta de Lisboa para a Promoção da Agricultura Familiar e a nível mundial – ONU – a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Camponeses e outras Pessoas que vivem em Meio Rural, o Plano de Acção do Decénio da Agricultura Familiar e os Objectivos de Desenvolvimento Sustentável que, se cumpridos, podem contribuir para melhorar radicalmente a produção e qualidade dos alimentos e o bem estar da Agricultura Familiar.

Conclusão

Muito trabalho há pela frente nestes próximos 10 anos, se se quiser de facto reconhecer e

valorizar a Agricultura Familiar pelo papel e a importância que tem na sustentabilidade do País e na melhoria da qualidade alimentar das suas gentes.

Estamos disponíveis para trabalhar e daqui lançamos o desafio para, em conjunto, implementar a Década e o Estatuto da Agricultura Familiar, para uma vida melhor e mais justa nos campos e nas cidades, para o desenvolvimento das economias regionais e do país, para a recuperação da nossa biodiversidade, para a nossa soberania alimentar.

Bibliografia

- “Carta da Lavoura Portuguesa, 26 de Fevereiro de 1978”
- Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Camponeses e outras Pessoas que vivem em Meio Rural
- Decreto-Lei nº 64/2018, de 7 de Agosto – Estatuto da Agricultura Familiar
- Plano de acção do Decénio da Agricultura Familiar
- Proposta de Estatuto da Agricultura Familiar – 7º Congresso da CNA, Novembro de 2014